



ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Princípios gerais

ARTIGO 1º

Fundação e duração

A Federação Portuguesa de Xadrez, representada pela sigla FPX, foi fundada em Lisboa a 22 de Janeiro de 1927 e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 2º

Definição e natureza

A FPX é uma pessoa colectiva de direito privado, constituída sob a forma associativa, sem fins lucrativos, que se rege pelo presente estatuto e regulamentos complementares.

ARTIGO 3º

Âmbito

A FPX exerce a sua acção em todo o território nacional, sobre as associações e clubes que se dediquem ao fomento, organização e prática do xadrez, qualquer que seja a sua variante, bem como sobre praticantes, técnicos, árbitros e dirigentes que a integrem.

ARTIGO 4º

Finalidades

A FPX tem por finalidades:

1. Regular, organizar e dirigir as competições oficiais de âmbito nacional;
2. Promover a difusão da modalidade, em qualquer das suas variantes, em todo o território nacional;

3. Fomentar e apoiar a formação de praticantes, técnicos, árbitros e dirigentes do xadrez;
4. Representar e defender os interesses da modalidade, junto das entidades públicas, privadas, desportivas ou outras designadamente do Comité Olímpico de Portugal e da Confederação do Desporto de Portugal;
5. Representar a modalidade a nível internacional e promover o intercâmbio com as suas congéneres estrangeiras;
6. Fazer cumprir o presente estatuto e os regulamentos subsidiários que venham a ser estabelecidos.

ARTIGO 5º

Apoio ao desenvolvimento regional da modalidade

Por forma a diminuir os desequilíbrios actuais e incrementar o desenvolvimento regional da modalidade, o orçamento incluirá de forma obrigatória uma verba destinada para esse fim. A regulamentação da distribuição da mesma, assim como a percentagem do orçamento destinada a esse fim, será efectuada em documento próprio.

ARTIGO 6º

Vínculo internacional

A FPX deve vincular-se e fazer cumprir as normas estabelecidas pela Federação Internacional de Xadrez.

ARTIGO 7º

Sede e símbolos

A FPX tem a sua sede em território nacional e terá como símbolos a bandeira e o emblema que oportunamente venham a ser aprovados em assembleia geral.

CAPÍTULO II

Da constituição

ARTIGO 8º

Definição

A FPX é constituída por:

1. Sócios;
2. Órgãos sociais.

CAPÍTULO III

Sócios – seus direitos e deveres

ARTIGO 9º

Categorias de sócios

A FPX admite as seguintes categorias de sócios:

1. Sócios ordinários;
2. Sócios individuais;
3. Sócios extraordinários;
4. Sócios de mérito;
5. Sócios honorários.

ARTIGO 10º

Sócios ordinários

Só podem ser sócios ordinários da FPX as associações distritais ou regionais de clubes desportivos legalmente constituídas, que pratiquem o xadrez como modalidade desportiva.

ARTIGO 11º

Sócios individuais

São sócios individuais da FPX os clubes desportivos ou sociedades com fins desportivos que pratiquem o xadrez como modalidade desportiva em regiões onde não existam associações distritais ou regionais.

ARTIGO 12º

Sócios extraordinários

São sócios extraordinários da FPX todas as agremiações e colectividades que, dispendo de instalações adequadas para a prática do xadrez, prossigam objectivos que se coadunem com a implementação do xadrez desportivo, mas não possam ser admitidos como sócios ordinários ou individuais.

ARTIGO 13º

Sócios de mérito

ESTATUTOS da FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ

São sócios de mérito da FPX as pessoas singulares ou colectivas que pelo reconhecido merecimento do conjunto da sua actividade se tenham destacado de forma considerada notável e contribuído para o prestígio do xadrez nacional.

ARTIGO 14º

Sócios honorários

São sócios honorários da FPX as pessoas singulares ou colectivas que tenham prestado relevantes serviços à modalidade a nível nacional..

ARTIGO 15º

Admissão de sócios

1. A admissão de sócios ordinários e individuais é da competência da direcção, a pedido dos interessados.
2. A admissão de sócios extraordinários, de mérito e honorários é da competência da assembleia geral, por proposta fundamentada da direcção ou de um sócio ordinário ou individual.

ARTIGO 16º

Direitos dos sócios ordinários e dos sócios individuais

São direitos dos sócios ordinários e dos sócios individuais:

1. Participar desportivamente nas competições oficiais organizadas pela FPX ou sob a sua égide, através dos atletas a si vinculados para a respectiva época, nos termos definidos pelo regulamento de provas oficiais da FPX;
2. Formular propostas de modificação do estatuto e regulamentos em vigor;
3. Receber a documentação emitida pela FPX, bem como as informações solicitadas à direcção;
4. Usufruir de benefícios de ordem material ou financeira concedidos ou a conceder pela FPX;
5. Reclamar ou recorrer contra actos dos órgãos sociais da FPX que julguem lesivos dos seus direitos;
6. Participar e votar na assembleia geral da FPX nomeadamente na eleição dos seus órgãos sociais;
7. Apresentar ou apoiar listas nominais, junto da mesa da assembleia geral, tendo em vista a eleição dos órgãos sociais da FPX;
8. Apresentar junto dos órgãos sociais da FPX petições sobre assuntos de interesse para a modalidade.

ARTIGO 17º

Direitos dos sócios extraordinários

São direitos dos sócios extraordinários os consignados nas alíneas 2), 3), 4), 5) e 8) do artigo anterior, podendo ainda participar em assembleias gerais, embora sem direito a voto.

ARTIGO 18º

Deveres dos sócios

1. Todos os sócios têm o dever de cumprir e fazer cumprir o estatuto e demais regulamentos da FPX.
2. Deveres dos sócios ordinários (associações distritais ou regionais):
 - 2.1. Organizar as provas oficiais de âmbito distrital ou regional e colaborar com a FPX nas provas de âmbito nacional;
 - 2.2. Providenciar a organização de provas de âmbito distrital ou regional em distritos onde não existam associações, por solicitação da FPX e tendo em atenção afinidades geográficas;
 - 2.3. Colaborar na elaboração dos calendários nacionais nas suas diversas variantes, contribuindo para a definição da orientação desportiva da FPX.
3. Deveres dos sócios individuais (clubes desportivos e sociedades com fins desportivos) e dos sócios extraordinários (agregações e colectividades):
 - 3.1. Acatar as deliberações da assembleia geral bem como as decisões dos outros órgãos sociais da FPX, sem prejuízo do seu direito de reclamação ou recurso;
 - 3.2. Pagar a quota de filiação e quaisquer outras contribuições que sejam ou venham a ser fixadas, nos termos estatutários e regulamentares;
 - 3.3. Harmonizar os seus regulamentos em conformidade com as normas legais aplicáveis e em consonância com o estatuto e os regulamentos da FPX;
 - 3.4. Cumprir e fazer cumprir as prescrições legais ou regulamentares, no que diz respeito à defesa da saúde e segurança dos seus associados e atletas;
 - 3.5. Solicitar com tempo à FPX autorização para organizar provas de âmbito nacional ou internacional não contempladas pelo calendário oficial da FPX.

CAPÍTULO IV

Dos órgãos sociais

SECÇÃO I

Disposições gerais

ARTIGO 19º

Órgãos sociais

1. A FPX realiza as suas finalidades e exerce a sua competência com os seguintes órgãos:
 - 1.1. Assembleia geral;
 - 1.2. Presidente;
 - 1.3. Direcção;
 - 1.4. Conselho fiscal;
 - 1.5. Conselho disciplinar;
 - 1.6. Conselho jurisdicional;

ESTATUTOS da FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ

- 1.7. Conselho de arbitragem.
2. Os órgãos sociais da FPX são independentes entre si e respondem somente perante a assembleia geral. Devem, à excepção da assembleia geral, emitir parecer quando solicitado pelos sócios ordinários ou individuais.

ARTIGO 20º

Elegibilidade e incompatibilidades

1. Apenas podem ser membros dos órgãos sociais da FPX indivíduos de nacionalidade portuguesa, maiores, no pleno gozo das suas capacidades, civil e política.
2. Não podem ser eleitos para os órgãos sociais da FPX:
 - 2.1. Os incapazes e os insolventes;
 - 2.2. Os devedores da FPX;
 - 2.3. Os gerentes, administradores ou proprietários de sociedades ou empresas que tenham contrato com a FPX;
 - 2.4. Os punidos disciplinarmente no âmbito da FPX, nos termos da legislação regulamentar em vigor.
3. É incompatível com a função de presidente ou de titular da direcção da FPX, o exercício de cargos directivos em outra federação ou associação desportiva nacional.

ARTIGO 21º

Mandatos

1. Os mandatos dos membros dos órgãos sociais têm a duração de quatro anos.
2. Cessação individual dos mandatos:
 - 2.1. Perdem o mandato os membros dos órgãos sociais que faltem injustificadamente às reuniões respectivas, em cada ano civil por três vezes consecutivas ou cinco alternadas;
 - 2.2. Cessam os mandatos os membros que incorram posteriormente em situação de incompatibilidade, conforme descrito no artigo 20º.

ARTIGO 22º

Funcionamento

1. Verificando-se quorum, as deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo os presidentes voto de qualidade;
2. Das reuniões dos órgãos sociais serão lavradas actas, assinadas pelos presentes, com excepção das assembleias gerais, em que as actas carecem apenas das assinaturas dos membros da mesa.

ARTIGO 23º

Responsabilidade

Os titulares dos órgãos sociais da FPX respondem civilmente perante esta pelos prejuízos causados pelo incumprimento dos seus deveres legais e estatutários:

ESTATUTOS da FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ

1. Tal responsabilidade cessa com a aprovação do relatório e contas em assembleia geral, salvo no tocante aos factos que a esta hajam sido ocultados ou que, pela sua natureza, não devam constar daqueles documentos;
2. O disposto no número anterior não prejudica a responsabilidade penal ou disciplinar em que eventualmente incorram os titulares dos órgãos sociais da FPX.

ARTIGO 24º

Moções de censura

1. A assembleia geral poderá manifestar a sua discordância dos actos cometidos por um ou vários órgãos sociais através de uma moção de censura;
2. A aprovação, nos termos estatutários da segunda moção de censura incidindo sobre o mesmo órgão social, no decurso do mesmo mandato, implicará a sua demissão.
§ único. Só decorridos 90 dias após a aprovação da primeira moção de censura, pode ter lugar, em assembleia geral, segunda moção de censura ao mesmo órgão social.

ARTIGO 25º

Exoneração e demissão

Perdem o mandato:

1. Os órgãos sociais que sejam alvo de duas moções de censura aprovadas pela assembleia geral, nos termos do artigo anterior;
2.
 - 2.1. Os elementos dos órgãos sociais que apresentem a sua demissão ao presidente do respectivo órgão, desde que esse pedido seja aceite, ou que incorram nas situações descritas na alínea 2 do artigo 21º;
 - 2.2. No caso de se tratar do presidente de um órgão social, o pedido de demissão deverá ser apresentado ao presidente da FPX, o qual, em consonância com a mesa da assembleia geral, providenciará o eventual preenchimento da vacatura;
3.
 - 3.1. Verificando-se a demissão do presidente da FPX, ou a inexistência de quorum na direcção, depois de terem sido chamados à efectividade os vogais suplentes, deve a mesa da assembleia geral ouvir os presidentes dos restantes órgãos sociais, convocando uma assembleia geral extraordinária no prazo máximo de 30 dias, para assegurar a gestão corrente dos assuntos federativos;
 - 3.2. Essa assembleia geral decidirá da necessidade da nomeação de uma comissão administrativa, cujo âmbito e funções se encontram descritas no artigo 33º deste Estatuto;
 - 3.3. No caso de se verificar o impedimento de qualquer outro órgão social, o presidente da FPX promoverá, em consonância com a mesa da assembleia geral, a realização de eleições intercalares, que permitam o preenchimento do órgão social em causa.

SECÇÃO II

Da assembleia geral

ARTIGO 26º

Definição e composição

1. A assembleia geral é a reunião plenária dos associados da FPX, devidamente credenciados, ou possuidores de procuração válida nominativa;
2. Integram igualmente a assembleia geral (designados pelas suas organizações próprias, de âmbito nacional, logo que devida e legalmente constituídas tal como for preceituado na lei):
 - 2.1. O (s) representante (s) dos praticantes;
 - 2.2. O (s) representante (s) dos treinadores;
 - 2.3. O (s) representante (s) dos árbitros e juizes;
 - 2.4. O (s) representante (s) de outros agentes desportivos.
3. Têm direito a participar nos trabalhos sem direito a voto:
 - 3.1. Os sócios extraordinários;
 - 3.2. Os sócios de mérito;
 - 3.3. Os sócios honorários;
 - 3.4. Os elementos que integrem grupos de trabalho, ou detenham a representação da FPX, nomeados pela direcção, enquanto no exercício das suas funções, tarefas ou trabalho.
4. Em nenhum caso poderá um membro da assembleia geral estar credenciado para exercer o direito de voto em nome de mais de um sócio ou representante da assembleia.

ARTIGO 27º

Representação dos sócios

Têm direito ao seguinte número de votos, obtidos como se descreve:

1. Os sócios ordinários (associações distritais):
 - 1.1. Pela sua filiação na FPX, na época em curso e na anterior, três votos, desde que possuam em ambas as épocas um mínimo de três clubes filiados;
 - 1.2. Pelo número de clubes federados na época anterior, segundo tabela que a seguir se estabelece, mais os seguintes votos:

Número de clubes
5 a 6 – 1 voto;
7 a 9 – 2 votos;
10 a 14 – 3 votos;
15 a 20 – 4 votos;
21 a 30 – 5 votos;
31 a 41 – 6 votos;
> 42 – 7 votos;
 - 1.3. Se tiverem clubes na I divisão mais um voto.
2. Os sócios individuais (clubes desportivos e sociedades com fins desportivos):

Cada sócio individual tem direito a um voto. Em nenhum caso poderão os sócios individuais de uma mesma região ter um número de votos superior a dois.

Se o número de sócios individuais de uma mesma região for superior a dois, deverão entre si nomear um representante com direito a dois votos.
3. Outras entidades com direito a voto por lei, ou seja 25 % do total de votos da assembleia geral. Os votos serão distribuídos da seguinte forma:
 - 3.1. Representantes dos praticantes desportivos – 10 %;

ESTATUTOS da FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ

- 3.2. Representantes de técnicos e treinadores – 5 %;
 - 3.3. Representantes de árbitros e juizes – 5 %;
 - 3.4. Representantes de outros agentes desportivos – 5 %.
§ único. Existindo mais do que uma associação em qualquer um destes grupos a percentagem de votos a atribuir a cada uma delas será em função do seu número de associados.
4. Para os sócios ordinários, o número de votos será determinado pelo número de filiados na época anterior, conforme tabela definida nas alíneas 1.2 e 1.3 do artigo 27º.
 5. Os sócios individuais, para além de necessitarem de filiação na época anterior, carecem de filiação na época em curso para o exercício do seu direito de voto.

ARTIGO 28º

Funcionamento

A assembleia geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.

1. A assembleia ordinária reunirá anualmente:
 - 1.1. Até 15 de Abril para apreciação, discussão e votação do relatório e contas anuais;
 - 1.2. No mês de Janeiro, de quatro em quatro anos, para eleição dos órgãos sociais;
 - 1.3. Até 30 de Novembro para apreciação, discussão e votação do orçamento do ano seguinte.
2. As assembleias extraordinárias podem realizar-se:
 - 2.1. Por iniciativa da mesa da assembleia geral;
 - 2.2. A pedido do presidente;
 - 2.3. A pedido da direcção;
 - 2.4. A pedido do conselho fiscal;
 - 2.5. A pedido de outros órgãos sociais, por imperativo legal ou estatutário;
 - 2.6. A pedido dos sócios ordinários, na plenitude dos seus direitos, representando, no mínimo, um terço do seu número.
3. As reuniões da assembleia geral são convocadas pelo presidente da mesa ou seu substituto legal, com a antecedência mínima de 15 dias, através de aviso convocatório dirigido aos sócios com a indicação da ordem de trabalhos.
4. A assembleia geral reunirá em primeira convocatória, na hora marcada, quando se encontrem presentes mais de metade dos associados, e uma meia-hora mais tarde qualquer que seja o seu número.
5. As deliberações da assembleia são tomadas por maioria de votos dos sócios presentes, seja qual for o seu número.
6. Carecem de aprovação pela maioria qualificada de três quartos dos votos expressos as votações relativas a deliberações sobre:
 - 6.1. Alterações estatutárias;
 - 6.2. Propostas para a concessão dos títulos de sócio extraordinário, sócio de mérito e de sócio honorário;
 - 6.3. Concessão de perdões;
 - 6.4. Aquisição ou alienação de bens imóveis.
7. Serão efectuadas por voto secreto:
 - 7.1. A votação para a eleição dos órgãos sociais da FPX;
 - 7.2. As votações subsequentes que decorram dos anteriores n.ºs 6.2 e 6.3.

ARTIGO 29º

Competências

Compete à assembleia geral, em exclusivo:

1. Apreciar e aprovar o relatório de actividades e as contas;
2. Discutir, apreciar e votar as propostas de alteração do estatuto e dos regulamentos, conforme previsto na lei;
3. Autorizar a aquisição ou alienação de bens imóveis;
4. Eleger os órgãos sociais;
5. Aceitar, discutir e decidir sobre as propostas para distinções honoríficas;
6. Discutir e votar moções;
7. Discutir e decidir sobre as propostas de índole disciplinar relativas a associados, que excedam o âmbito dos órgãos sociais;
8. Conceder perdões ou amnistias;
9. Apreciar e decidir os conflitos de competências entre os órgãos sociais;
10. Ratificar as propostas da direcção relativas ao valor das quotizações;
11. Encontrar e decidir sobre soluções alternativas para o preenchimento dos diversos órgãos sociais, em caso de necessidade premente;
12. Ponderar e decidir sobre matéria omissa neste estatuto.

ARTIGO 30º

Assembleia eleitoral

1. A assembleia geral, para fins eleitorais, deverá realizar-se até ao dia 31 de Janeiro. Cabe à mesa da assembleia a organização e fiscalização do processo eleitoral;
2. As listas concorrentes, abrangendo todo o conjunto dos órgãos sociais, terão que ser entregues até ao fim do mês de Novembro do ano anterior ao da realização das eleições;
3. Devem os órgãos sociais cessantes assegurar a continuidade directiva da FPX, obrigando-se neste contexto a apresentar listas eleitorais a sufrágio;
4. As listas devem ser subscritas por um ou mais sócios ordinários, na plena posse dos seus direitos;
5. As listas deverão ser elaboradas mencionando os cargos e respectivos indigitados;
6. Das anomalias detectadas nas listas, a mesa da assembleia geral dará conhecimento ao candidato a presidente da FPX para que sejam corrigidas no prazo de 10 dias, sob pena de exclusão de todo o conjunto;

ESTATUTOS da FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ

7. A votação é nominal, sendo os eleitores chamados a exercer o seu direito de voto, não se interrompendo os trabalhos;
8. De qualquer dúvida suscitada, durante a votação, a mesa deliberará, consultando eventualmente a Assembleia, não havendo neste último caso, lugar a qualquer recurso;
9. Terminada a votação, a mesa efectuará o escrutínio de apuramento e proclamará os resultados, após o que os trabalhos serão dados por encerrados;
10. Os membros eleitos tomarão posse nas duas semanas imediatas em data e hora a anunciar pelo presidente da mesa da assembleia geral.

SECÇÃO III

Da mesa da assembleia

ARTIGO 31º

Composição e competência

1. A mesa da assembleia geral é o órgão a quem cabe dirigir as reuniões da assembleia geral da FPX e é constituída por:
 - 1.1. Um presidente;
 - 1.2. Um vice-presidente;
 - 1.3. Um 1º secretário;
 - 1.4. Um 2º secretário;
 - 1.5. Um vogal suplente.
2. Compete ao presidente da mesa:
 - 2.1. Convocar as assembleias e dirigi-las;
 - 2.2. Dar posse aos membros dos órgãos sociais eleitos;
 - 2.3. Usar voto de qualidade em quaisquer votações se tal for permitido;
 - 2.4. Conduzir os escrutínios;
 - 2.5. Elaborar a lista das entidades com capacidade para participar na assembleia geral com direito a voto e número de votos atribuídos.
3. Compete ao vice-presidente da mesa:
 - 3.1. Substituir o presidente nos seus impedimentos;
 - 3.2. Coadjuvar o presidente nos trabalhos que àquele estejam cometidos.
4. Compete ao 1º secretário da mesa:
 - 4.1. Redigir e assinar as actas das sessões, bem como ler o expediente e demais documentos apresentados no decurso dos trabalhos;
 - 4.2. Lavrar os autos de posse, bem como assegurar todo o expediente entre sessões;
 - 4.3. Receber os pedidos de inscrição para as intervenções, bem como verificar a qualidade e capacidade dos oradores.
5. Compete ao 2º secretário coadjuvar o 1º secretário.
6. No impedimento do 1º secretário, serão as suas funções asseguradas pelo 2º secretário;
7. No impedimento do 2º secretário, será o vogal suplente chamado à efectividade.

ARTIGO 32º

Comunicação da composição do colégio eleitoral

1. Até 31 de Outubro de cada ano será comunicado por escrito aos membros da assembleia geral com direito a voto a lista referida no n.º 2.5 do artigo 31º.
2. As reclamações à lista referida no n.º 1, deverão ser efectuadas junto do presidente da mesa da assembleia geral até 10 dias após a sua comunicação.

ARTIGO 33º

Comissão administrativa

A comissão administrativa é um órgão social de excepção, nomeado pela assembleia geral nos termos do artigo 25º e cujo mandato não poderá exceder seis meses.

1. Compete à comissão administrativa:
 - 1.1. Assegurar a gestão corrente da FPX e a prossecução da planificação já existente;
 - 1.2. Promover, dentro do prazo atrás fixado, novas eleições para a presidência e direcção da FPX.
2. Integrarão o elenco da comissão administrativa os seguintes pelouros:
 - 2.1. O presidente da comissão administrativa;
 - 2.2. Um vogal para os assuntos administrativos;
 - 2.3. Um vogal para os assuntos financeiros;
 - 2.4. Um vogal para a actividade desportiva;
 - 2.5. Um secretário.

SECÇÃO IV

Do presidente

ARTIGO 34º

Competências

1. O presidente representa a FPX, assegura o seu regular funcionamento e promove a colaboração entre os seus órgãos.
2. Compete ao presidente da FPX:
 - 2.1. Representar a FPX junto da administração pública;
 - 2.2. Representar a FPX junto das organizações congéneres nacionais, estrangeiras e internacionais;
 - 2.3. Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros nos termos legais;
 - 2.4. Contratar e gerir o pessoal ao serviço da FPX;
 - 2.5. Assegurar a gestão corrente dos negócios federativos;
 - 2.6. Representar a federação em juízo;
 - 2.7. Presidir às reuniões da direcção.

ESTATUTOS da FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ

- 2.8. Participar, quando o entender conveniente, nas reuniões de quaisquer órgãos federativos, podendo nelas intervir na discussão, mas sem direito a voto.

SECÇÃO V

Da direcção

ARTIGO 35º

Definição e constituição

1. A direcção, constituída por número ímpar de membros, é o órgão colegial de administração da FPX, sendo formada por:
 - 1.1. O presidente da Federação;
 - 1.2. Dois vice-presidentes;
 - 1.3. Um tesoureiro;
 - 1.4. Um secretário;
 - 1.5. Dois vogais;
 - 1.6. Dois vogais suplentes.

ARTIGO 36º

Competências

Compete à direcção administrar a Federação, incumbindo-lhe, designadamente:

1. Regulamentar as actividades a nível nacional;
2. Organizar as selecções nacionais;
3. Organizar as competições desportivas não profissionais;
4. Garantir a efectivação dos direitos e deveres dos sócios;
5. Elaborar anualmente o plano de actividades;
6. Elaborar anualmente e submeter a parecer do conselho fiscal o orçamento, o balanço e os documentos de prestação de contas;
7. Administrar os negócios da Federação em matérias que não sejam especialmente atribuídas a outros órgãos;
8. Zelar pelo cumprimento do estatuto e das deliberações dos órgãos da Federação.

SECÇÃO VI

Do conselho fiscal

ESTATUTOS da FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ
ARTIGO 37º

Definição e constituição

1. O conselho fiscal é o órgão fiscalizador dos actos de gestão económica e financeira da FPX, e compõe-se de:
 - 1.1. Um presidente;
 - 1.2. Um relator;
 - 1.3. Um secretário.
2. O relator substituirá o presidente nos seus impedimentos.
3. Quando um dos membros do conselho fiscal não tenha a qualidade de ROC, as contas da FPX serão obrigatoriamente certificadas por um ROC antes de aprovadas pela assembleia geral.

ARTIGO 38º

Competências

Ao conselho fiscal compete:

1. Fiscalizar os actos da administração financeira da Federação, bem como o cumprimento dos estatutos e das disposições legais aplicáveis;
2. Emitir parecer sobre o orçamento, balanço e documentos de prestação de contas, antes da sua apreciação em assembleia geral, parecer esse obrigatoriamente constante no relatório e contas;
3. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
4. Acompanhar o funcionamento da FPX, efectuando verificações, quer por sua iniciativa, quer a pedido de outros órgãos sociais, participando aos órgãos competentes as irregularidades de que tenha conhecimento.

SECÇÃO VII

Do conselho disciplinar

ARTIGO 39º

Definição e constituição

1. O conselho disciplinar é o órgão detentor do poder disciplinar desportivo da FPX.
2. O conselho disciplinar é constituído por:
 - 2.1. Um presidente;
 - 2.2. Um vice-presidente;
 - 2.3. Um secretário.
3. O presidente deve ser licenciado em Direito.

ARTIGO 40º

Competências

1. Ao conselho disciplinar cabe, de acordo com os diversos regulamentos desportivos, associativos e a lei em geral, apreciar e punir as infracções das entidades e jogadores enquadrados pelo âmbito da FPX.
2. Integram-se no espírito do ponto anterior os associados, praticantes, técnicos, dirigentes e outros agentes desportivos ligados à modalidade, nos termos do regulamento disciplinar.
3. A elaboração e as alterações ao regulamento disciplinar são da competência da assembleia geral, sob proposta do conselho disciplinar.

SECÇÃO VIII

Do conselho jurisdicional

ARTIGO 41º

Definição e constituição

1. O conselho jurisdicional é o órgão de recurso das decisões disciplinares em matéria desportiva.
2. O conselho jurisdicional é constituído por:
 - 2.1. Um presidente;
 - 2.2. Um vice-presidente;
 - 2.3. Um secretário.
3. O presidente deve ser licenciado em Direito.

ARTIGO 42º

Competências

Ao conselho jurisdicional compete:

1. Decidir dos recursos interpostos das decisões disciplinares, em matéria desportiva, proferidas pelo conselho disciplinar;
2. Apoiar os órgãos sociais na interpretação dos estatutos, regulamentos e disposições legais do âmbito do desporto, quando solicitado.

SECÇÃO IX

Do conselho de arbitragem

ARTIGO 43º

Definição e constituição

1. O conselho de arbitragem é constituído por:
 - 1.1. Um presidente;
 - 1.2. Um vice-presidente;
 - 1.3. Um secretário.
2. Ao conselho de arbitragem compete coordenar e administrar a actividade da arbitragem, aprovar as respectivas normas reguladoras, estabelecer os parâmetros de formação dos árbitros e proceder à classificação técnica destes.

CAPÍTULO V

Gestão financeira

ARTIGO 44º

Património

O património da FPX é constituído por todos os seus bens móveis e imóveis.

ARTIGO 45º

Orçamento

A gestão da FPX obedecerá ao princípio do equilíbrio orçamental em cada exercício, tendo em especial atenção o enquadramento legal respectivo, nomeadamente as verbas para o desporto obtidas pela celebração de contratos-programa.

CAPÍTULO VI

Dissolução

ARTIGO 46º

Dissolução

1. A FPX só poderá dissolver-se mediante decisão unânime tomada em assembleia geral, especialmente convocada para esse fim e observando a legislação aplicável.
2. Nessa mesma assembleia geral será cumprido o articulado do artigo 33º deste estatuto, para nomear uma comissão administrativa, com funções específicas de comissão liquidatária, observando que:
 - 2.1. Os valores remanescentes terão o destino que lhe for fixado pela assembleia geral;
 - 2.2. Os troféus serão entregues às entidades que forem indicadas pela mesma assembleia geral.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 47º

Entrada em vigor

1. Os estatutos foram aprovados em assembleia geral e entrarão em vigor após escritura pública e publicação no *Diário da República*.
2. Os regulamentos elaborados pela direcção entram em vigor 15 dias após a sua divulgação plena, ou em data diversa, se neles próprios tal data for referida ressalvando o consagrado na alínea d) do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 144/93, de 26 de Abril.

ARTIGO 48º

Normas transitórias

1. As alterações aos estatutos entram em vigor imediatamente após a sua aprovação em assembleia geral.
2. Os cargos resultantes da alteração do artigo 35º (definição e constituição da direcção) serão preenchidos por eleição parcial, em assembleia geral extraordinária, observando-se, com as devidas adaptações, o disposto no capítulo IV.
3. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.
4. As listas deverão apresentar a sua candidatura à mesa da assembleia geral no prazo máximo de um mês após publicação em *Diário da República* das alterações aprovadas.

ARTIGO 49º

Representação da Federação Portuguesa de Xadrez

A FPX obriga-se em todos os seus actos, com a assinatura conjunta de dois membros da direcção, sendo obrigatório que uma delas seja a do presidente ou a do tesoureiro.